CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (21/10/2026 A 28/10/2026)

MINERAÇÃO

• Instabilidade em sistemas da ANM adia a divulgação das decisões dos recursos de municípios afetados

Falhas globais em sistemas baseados na linguagem PHP afetaram o SEI e levaram ao adiamento da publicação prevista para 23 de outubro, com preservação integral do prazo recursal

A ANM informou que a divulgação das decisões dos recursos de primeira instância referentes à lista dos municípios afetados pela atividade de mineração do ciclo 2026–2027, prevista para 23 de outubro, foi adiada em razão de instabilidades nos sistemas corporativos da Agência baseados na linguagem PHP.
Segundo a Agência, as equipes técnicas atuam com prioridade máxima para restabelecer a normalidade dos sistemas e viabilizar a publicação da lista, e uma nova data será comunicada oportunamente pelos canais oficiais. Fonte: Link

• Carlos Leonardo Durans assume a Secretaria-Executiva do Conselho de Minerais Críticos e Estratégicos

Nomeação publicada no Diário Oficial avança na implementação do CIMCE, estrutura instalada no MDIC que terá participação direta na análise de operações do setor mineral

O governo federal nomeou Carlos Leonardo Teófilo Durans para o cargo de secretário-executivo do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), órgão criado para coordenar a nova política brasileira para o setor mineral. A nomeação consta de portaria assinada pela ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, publicada em 28 de outubro no Diário Oficial da União. Dessa forma, Durans ficará responsável por comandar a estrutura técnica e administrativa do conselho, instalada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que terá participação direta na análise de projetos, investimentos e operações empresariais envolvendo minerais críticos e estratégicos.
Instituído em setembro pela nova Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, o CIMCE também estabelece um mecanismo de análise e homologação de determinadas operações envolvendo ativos minerais, incluindo mudanças de controle societário, transferências de direitos minerários e contratos internacionais de fornecimento que possam afetar a segurança econômica ou geopolítica do país. Além disso, um decreto publicado em 19 de outubro criou três subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva, encarregadas do assessoramento ao Pleno, da análise de projetos e da instrução das operações sujeitas à triagem. Contudo, a nomeação não representa o início automático das análises, que dependerão da conclusão das etapas regulatórias e da estruturação administrativa do conselho.
Fonte: Link

• Setor mineral se mobiliza em Minas Gerais para prevenir riscos climáticos diante do Super El Niño

Encontro na FIEMG reuniu a ANM, as defesas civis e as empresas para debater o monitoramento hidrológico, a segurança das barragens e a integração dos planos de emergência

A integração entre empresas de mineração, órgãos técnicos e defesas civis municipais foi o tema central do encontro "Preparação e Gestão de Riscos na Mineração diante de eventos climáticos: Super El Niño e Períodos Chuvosos", realizado na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em Belo Horizonte. O diretor da ANM, Luiz Paniago, destacou a atuação conjunta entre órgãos públicos e empreendedores e informou que a preparação para o período chuvoso inclui vistorias nas estruturas de mineração, com atenção aos extravasores e aos demais dispositivos de escoamento, a intensificação das inspeções e a manutenção de equipes prontas para atuar em campo em até três horas após uma ocorrência.
Além disso, a climatologista Renata Tedeschi abordou as projeções para os próximos meses e afirmou que a materialização de um Super El Niño é praticamente certa, com pico esperado para os próximos trimestres, o que reforça a necessidade de monitoramento contínuo das previsões e dos níveis dos rios. Neste contexto, o superintendente interino de Barragens e Pilhas de Mineração, David Galo, ressaltou a necessidade de considerar os efeitos das precipitações sobre as estruturas geotécnicas e de manter medidas de segurança compatíveis com os riscos, lembrando que a norma de barragens de mineração já prevê dispositivos voltados a evitar acidentes. Também foi debatida a integração entre os planos de emergência das empresas e os planos de contingência dos municípios, com destaque para o compartilhamento de dados e o apoio técnico às prefeituras.
Fonte: Link

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

• STF marca para 4 de novembro a retomada do julgamento sobre a divisão dos royalties do petróleo
Discussão pode redistribuir recursos aos municípios, que acumulam perdas superiores a R$ 128 bilhões desde a suspensão da Lei 12.734/2012

O plenário do Supremo Tribunal Federal marcou para 4 de novembro a retomada do julgamento sobre a repartição dos royalties do petróleo, tema considerado determinante para uma redistribuição mais equânime dos recursos entre os entes federativos. Segundo cálculos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), os municípios acumularam perdas superiores a R$ 128 bilhões entre a suspensão da Lei 12.734/2012, em 2013, e 2025. A entidade lidera a articulação pela divisão correta dos recursos e, em abril, esteve no Supremo ao lado dos governadores do Distrito Federal e de outros vinte estados para tratar de uma proposta de redistribuição com transição gradual e sem cobrança retroativa.
Entre os pilares da proposta estão a aplicação imediata da Lei 12.734/2012 sobre a totalidade da produção, sem as limitações de excedente de produção ou de marcos temporais, e a adoção do escalonamento de sete anos previsto no texto original, entre 2026 e 2032, que garantiria previsibilidade orçamentária aos estados confrontantes e aos beneficiários do Fundo Especial. A matéria é tratada na ADI 4.916 e nas ações conexas, com julgamento iniciado em maio pelo voto da relatora, ministra Cármen

Lúcia, e interrompido pelo pedido de vista do ministro Flávio Dino, cujo voto será conhecido na retomada.
Fonte: Link

• **ANP distribui aos estados e municípios os royalties da produção de petróleo de agosto**
Repasses alcançaram R$ 7,32 bilhões no total, contemplando municípios, estados, a União e o Fundo Especial nos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha

A ANP concluiu todas as etapas da distribuição de royalties relativos à produção de agosto de 2026, para os contratos de concessão, de cessão onerosa e de partilha. O valor repassado diretamente aos estados foi de R$ 1,93 bilhão, enquanto os municípios receberam R$ 2,48 bilhões, em repasses feitos a 978 municípios e 11 estados. Além desses entes, parcelas foram destinadas à União e ao Fundo Especial, de acordo com a legislação vigente, totalizando R$ 7,32 bilhões.
A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários, segundo os critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989 e no Decreto nº 1/1991, para a parcela de 5%, e na Lei nº 9.478/1997 e no Decreto nº 2.705/1998, para a parcela acima de 5%. Dessa forma, a Agência concentra esforços em fazer com que as receitas cheguem aos beneficiários no menor tempo possível, sendo os depósitos consultáveis no sítio eletrônico do Banco do Brasil.
Fonte: Link

• **ANP debate em audiência pública nova norma de monitoramento da mistura obrigatória de biodiesel**
Proposta prevê o acesso diário da Agência às notas fiscais eletrônicas de biodiesel, diesel A e diesel B para fiscalizar o cumprimento da adição obrigatória

A ANP realizou, de forma virtual, audiência pública para o recebimento de contribuições sobre minuta de resolução que altera as Resoluções ANP nº 857/2021 e nº 729/2018 relativas ao biodiesel e à remessa de dados dos agentes regulados. As sugestões recebidas na audiência e na consulta pública serão analisadas pela equipe técnica e pela Procuradoria Federal antes da apreciação final pela Diretoria Colegiada.
A principal alteração proposta permitirá à Agência o acesso diário aos arquivos eletrônicos das notas fiscais das operações com biodiesel, diesel A e diesel B, o que viabilizará o acompanhamento contínuo do mercado e a verificação mais ágil do cumprimento da mistura obrigatória. Atualmente, o monitoramento é feito, principalmente, com base em informações declaradas mensalmente pelos agentes por meio do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos, enviadas no mês seguinte ao das operações, modelo que não permite a adoção imediata dos mecanismos de controle previstos na nova legislação.
Fonte: Link

• **Comissão da Câmara aprova audiência pública para debater a concorrência no mercado de gás natural**
Debate aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico abordará a desconcentração da oferta, a formação de preços e os efeitos sobre a competitividade da indústria

A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados aprovou a realização de audiência pública para discutir a desconcentração da oferta de gás natural. O requerimento foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor de Economia Verde da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, e apoiado pelo presidente da comissão, deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI), de forma que serão convidados a participar da discussão representantes do MME, do MDIC, da ANP, da Petrobras, da Confederação Nacional da Indústria e do Movimento Brasil Competitivo.
A ideia é debater a ampliação da concorrência no setor e seus efeitos sobre a formação de preços, as condições de acesso à infraestrutura e a ampliação da oferta, a atração de investimentos, e a competitividade da indústria brasileira, sendo uma das sugestões a criação de um Comitê Gestor da Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural (GEGÁS). Segundo Jardim, o debate precisa considerar toda a cadeia, da produção à chegada ao consumidor, uma vez que a competitividade da indústria brasileira depende de energia disponível, confiável e a custos adequados.
Fonte: Link

ENERGIA ELÉTRICA

• ANEEL aprova os editais dos leilões de armazenamento de energia marcados para dezembro

Certames do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência serão realizados em 2 e 4 de dezembro, com redução do investimento de referência e das barreiras de entrada

A Diretoria da ANEEL aprovou em 27 de outubro, durante Reunião Pública Extraordinária, os editais nº 05/2026 e nº 06/2026, destinados à contratação de potência proveniente de novo Sistema de Armazenamento de Energia (SAE), denominado Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026. Os certames serão realizados exclusivamente via internet em 2 e 4 de dezembro, com produtos negociados por disponibilidade de potência, início de suprimento em 1º de agosto de 2028 e período de quinze anos. Ainda, o edital nº 05/2026 prevê critérios de nacionalização dos equipamentos e requisitos técnicos mínimos, enquanto o edital nº 06/2026 não contém essa previsão.
Neste cenário, a ANEEL atualizou os custos com base no PDE 2035 e reduziu o investimento de referência de R$ 9,8 milhões por megawatt para R$ 6,0 milhões, o que diminuiu os valores das garantias e do patrimônio líquido mínimo exigido, reduzindo a barreira de entrada e ampliando a competitividade. Os custos da contratação serão rateados apenas entre os geradores, e o compromisso de entrega é por disponibilidade de potência por quatro horas por ciclo, até dois ciclos diários, limitado a 366 ciclos ao ano, com pagamento por receita fixa anual ajustada conforme o desempenho. Os editais, que receberam quase 2.500 sugestões em consulta pública, seguem as diretrizes da Lei nº 9.427/1996, da Lei nº 10.848/2004 e da Portaria Normativa GM/MME nº 136/2026.
Fonte: Link

• **Cortes de geração renovável avançam e geram prejuízo bilionário a eólicas e solares em 2026**
Levantamento da Volt Robotics aponta fragilidade metodológica na classificação do ONS e relaciona o curtailment à expansão da geração distribuída e à inflexibilidade térmica

Os cortes de geração renovável no Brasil por excesso de energia na rede elétrica atingiram 18 TWh (terawatt-hora) no período de janeiro a setembro de 2026, alta de 52,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume corresponde a 99% do montante cortado em todo o ano de 2025, e as restrições operativas já somam prejuízos de R$ 15,5 bilhões para geradores eólicos e solares. Esses cortes, conhecidos como *curtailment*, são executados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar desequilíbrios na rede quando há mais oferta do que capacidade de consumo ou de escoamento pelo sistema.
Neste sentido, o estudo da Volt Robotics aponta fragilidade metodológica na classificação feita pelo ONS, que restringe usinas eólicas e solares por excesso de energia em horários nos quais o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) está elevado e usinas termelétricas a gás ou carvão permanecem ligadas. Para o levantamento, há ainda fatores agravantes, como a inflexibilidade das termelétricas e o avanço da micro e minigeração distribuída, responsável por parcela expressiva do excedente sistêmico. Segundo o CEO da Volt, Donato da Silva Filho, não se pode chamar de sobreoferta energética um corte que ocorre em momentos de preço elevado e com térmicas em operação. Ainda, a matéria ressalta que, em 6 de outubro, a ANEEL aprovou novas regras que incluem usinas eólicas, solares e hidrelétricas na divisão dos prejuízos decorrentes dos cortes.
Fonte: Link

• **Artigo questiona se a contratação do LRCAP 2026 atendeu à necessidade de potência a custos proporcionais**
Análise de Erik Eduardo Rego aponta que o leilão priorizou termelétricas fósseis e que o critério econômico do custo marginal segue ultrapassado a partir de 2029

Artigo de opinião assinado por Erik Eduardo Rego, professor da Escola Politécnica da USP, analisa o subcapítulo dedicado à geração centralizada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2036 (PDE 2036), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e levanta questões sobre a eficiência econômica do LRCAP 2026. Embora o leilão contribua para reduzir a necessidade de potência, a análise conjunta dos PDEs 2035 e 2036 suscita dúvidas sobre o dimensionamento da contratação, a escolha tecnológica e a proporcionalidade entre benefícios e custos, de modo que a questão relevante não seria o custo da segurança adicional, mas se o custo incremental é proporcional à efetiva redução de risco.
Dessa forma, o autor observa que o risco econômico persiste, pois, mesmo com os resultados do LRCAP incorporados ao caso base do PDE 2036, o limite de R$ 800 por megawatt-hora para o CVaR do custo marginal de operação é ultrapassado a partir de 2029. O leilão contratou 19.478 megawatts, dos quais 16.553 de termelétricas fósseis, enquanto o PDE 2035 indicava cerca de 9.646 megawatts de termelétricas flexíveis até 2031, além de contribuições de hidrelétricas, armazenamento e resposta da demanda. Para Rego, a proporcionalidade entre benefícios e custos ainda precisa ser

demonstrada por simulações comparativas que verifiquem se um portfólio mais diversificado entregaria a mesma confiabilidade a menor custo.
Fonte: Link

• **Efeitos do El Niño se intensificam no mundo e acendem alerta sobre riscos climáticos sem precedentes**
OMM adverte que o episódio pode superar as escalas de monitoramento usadas há quatro décadas, enquanto a ONU pede ação preventiva diante de inundações, incêndios e secas

Inundações na Argentina, incêndios mortais no Peru e seca na Guiana Francesa estão entre os efeitos do El Niño que continuam a atingir várias partes do mundo, o que levou a ONU a pedir uma ação preventiva diante do fenômeno, descrito como uma verdadeira força destrutiva. Segundo a secretária-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), Celeste Saulo, o atual episódio poderia atingir uma intensidade sem precedentes, superando as escalas de monitoramento utilizadas há quatro décadas, com pico previsto para o fim de 2026 e repercussões que seriam sentidas muito depois dessa data, provocando choques econômicos e intensificando conflitos, deslocamentos populacionais e migrações.
Além disso, no nordeste argentino, mais de duas mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas em razão das chuvas que elevaram o nível dos rios Paraná, Uruguai e Iguaçu, que marcam as fronteiras entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No Peru, ao menos doze pessoas morreram desde junho em incêndios florestais intensificados pelo fenômeno, enquanto a Guiana Francesa enfrenta há meses um grave déficit de chuvas, com interrupção gradual do transporte fluvial. Assim, a magnitude do episódio reforça a atenção aos riscos hidrológicos, de especial relevância para os setores dependentes do regime de chuvas, como a geração de energia elétrica e a segurança de suprimento.
Fonte: Link

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

• **MME e Ministério de Portos apresentam estudo sobre a prontidão dos portos brasileiros para a eólica offshore**
Documento elaborado na cooperação entre Brasil e Dinamarca mapeia seis portos com potencial para apoiar a cadeia logística da nova indústria

O MME e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) apresentaram em 28 de outubro, durante o evento Brazil Windpower 2026, o estudo sobre as capacidades atuais e as perspectivas de portos brasileiros para projetos de energia eólica offshore, desenvolvido no contexto da cooperação técnica entre Brasil e Dinamarca. Elaborado no âmbito da Lei nº 15.097/2025, que estabeleceu o marco legal da energia eólica offshore no país, o estudo teve como objetivo avaliar a capacidade e o nível de prontidão dos portos brasileiros para atender às demandas logísticas associadas ao desenvolvimento da nova indústria.
A análise contemplou dois cenários tecnológicos, com projetos de maior porte instalados a mais de vinte quilômetros da costa e projetos costeiros em áreas de até vinte quilômetros, e identificou seis portos com maior potencial para apoiar a cadeia

logística do setor, localizados em Pecém e Suape, no Nordeste, Porto Central e Açu, no Sudeste, e Imbituba e Rio Grande, no Sul. Contudo, o levantamento não define portos obrigatórios, apontando, em síntese, oportunidades, desafios e necessidades de adaptação da infraestrutura, com recomendações de curto prazo, como o avanço da regulamentação da lei e o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental, e de médio prazo, voltadas à redução de riscos para investimentos e à qualificação da mão de obra.
Fonte: Link

• **Programa Luz para Todos leva energia solar a comunidade ribeirinha no Amazonas**
Instalação de sistemas fotovoltaicos para 27 famílias da comunidade Santo Antônio, em Novo Airão, substitui geradores poluentes por fonte limpa e renovável

O MME concluiu a instalação de sistemas de geração de energia solar para 27 famílias da comunidade Santo Antônio, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no município de Novo Airão, no Amazonas. Assim, a iniciativa integra tecnologia sustentável e respeito à área de proteção ambiental, substituindo a dependência de geradores poluentes por uma matriz limpa e renovável. Na prática, o fornecimento contínuo permite que as famílias utilizem eletrodomésticos básicos, garantindo a conservação adequada de alimentos e o alívio térmico.
A eletrificação reflete a capilaridade do Programa Luz para Todos, que já contabiliza 161.504 atendimentos no Amazonas, beneficiando diretamente 702.859 pessoas. Paralelamente, o Programa Luz do Povo atua na mitigação da pobreza energética por meio de dois benefícios, a Tarifa Social de Energia Elétrica, que assegura gratuidade para o consumo de até 80 kWh mensais a famílias inscritas no Cadastro Único e a outros grupos elegíveis, e o Desconto Social, destinado às famílias com renda per capita superior a meio e de até um salário-mínimo, com isenção das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético sobre o consumo de até 120 kWh mensais.
Fonte: Link

• **MME lança consulta pública sobre a infraestrutura de recarga de veículos elétricos**
Iniciativa organiza as contribuições em seis eixos temáticos para subsidiar um diagnóstico nacional da eletromobilidade, com prazo até 22 de novembro

O MME abriu consulta pública destinada a receber contribuições da sociedade e de agentes públicos e privados sobre a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e sua integração às redes de energia elétrica. Desse modo, a iniciativa busca reunir informações, dados, evidências e experiências que contribuam para ampliar o conhecimento sobre o tema e subsidiar a elaboração de um diagnóstico nacional sobre o estágio atual da eletromobilidade no Brasil, estruturada em seis eixos temáticos que abrangem o acesso à recarga, a conexão às redes, o planejamento da distribuição, os dados e projeções, as barreiras legais e regulatórias e as cargas concentradas.
Assim, as contribuições poderão ser enviadas até 22 de novembro de 2026, por meio do portal do MME e da plataforma Brasil Participativo. Com a publicação do Decreto nº 12.973, de 13 de maio de 2026, o Ministério passou a contar com o Departamento de

Eletromobilidade, vinculado à Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento, que atua na formulação, na implementação e na avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da eletromobilidade, abrangendo a infraestrutura de recarga, as redes elétricas, as baterias e o armazenamento de energia, além de subsidiar o planejamento energético nacional para a integração da eletromobilidade ao sistema elétrico.
Fonte: Link

FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.10.30 11:49:05 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Representada por sua Sócia
OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO
Estagiária de Direito